

GDF cria a Baixa Estrutural

Acordo não ratifica caráter provisório dos novos lotes e estende ocupação a todas as famílias. Moradores comemoram

FABIANA SANTOS



Os invasores da Estrutural saíram vencedores na batalha com o GDF por impedimento de terra. As famílias vão ser removidas para uma área próxima ao Lixão, que já está sendo chamada de Baixa Estrutural. Depois de muitas discussões e incertezas, a população acatou os termos firmados entre governo e a Associação de Moradores para que as famílias que tiverem mais de dez anos no DF, inscrição na antiga Shis ou documento precário de posse (cheque-lote) sejam transferidas. No acordo, está também que "as famílias que não estiverem contempladas em nenhum dos critérios serão atendidas por último".

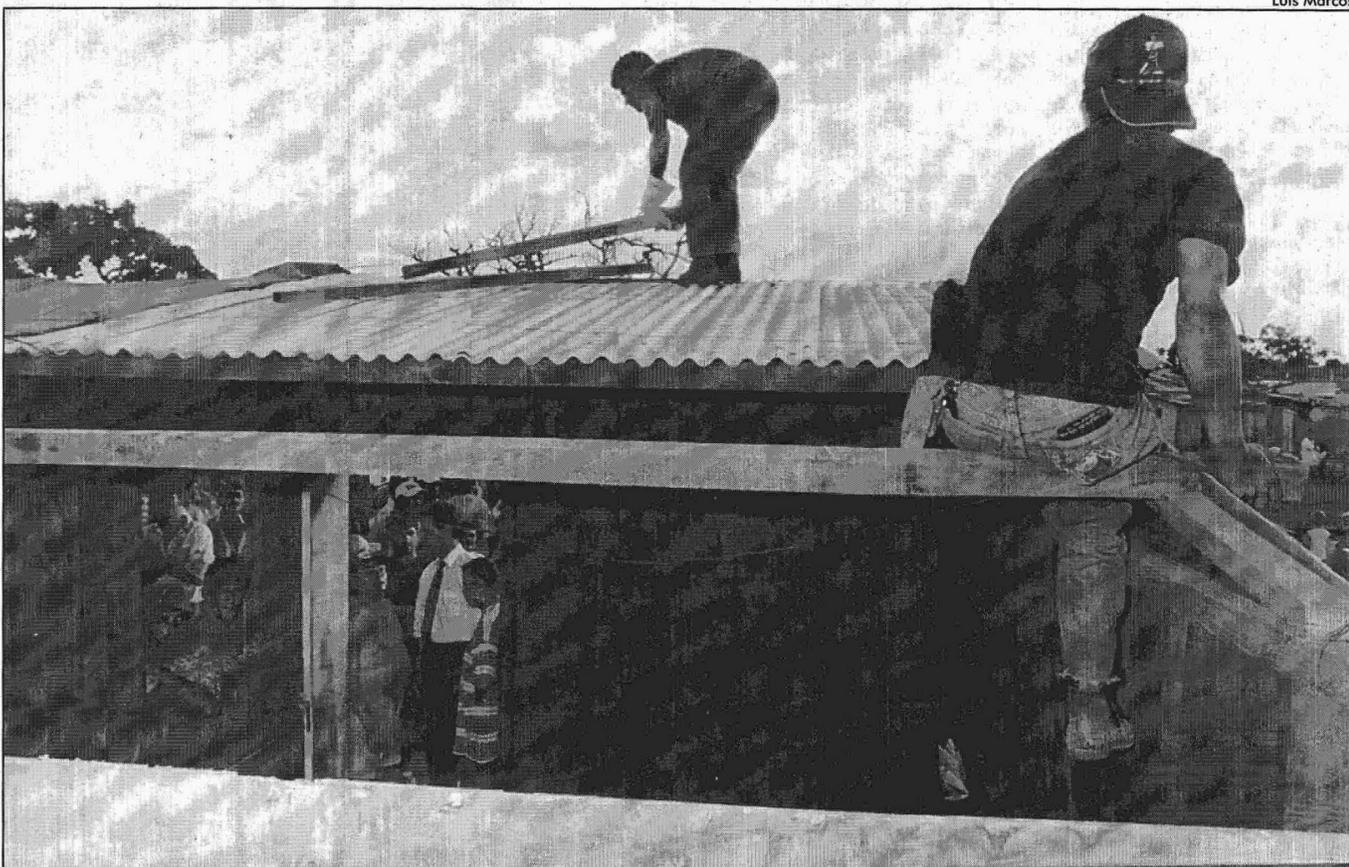
Dentro dos termos assinados por ambas as partes, não existe nenhuma referência ao caráter provisório da transferência e os invasores têm a expectativa de a nova área torne-se um bairro. O primeiro barraco foi derrubado às 18h30 de ontem, sob os olhares atentos de muitos moradores. Apesar de o governador Cristovam Buarque afirmar que a nova área não é definitiva, os retirados confiam que terão os lotes. "Graças a Deus agora tenho a certeza que não vou mais pagar aluguel", disse Maria Cristiane Magalhães da Silva, 21 anos, dona do primeiro barraco desmontado. A invasora tem dois filhos e nasceu no Distrito Federal.

A vice-presidente da Associação dos Moradores, Marlene Mendes, concordou com os dois documentos apresentados pelos negociadores do GDF - um Termo de Acordo e um Termo de Compromisso. "Quero

que vocês confiem na associação e deem um voto de confiança ao GDF. Eles sabem agora que não somos invasores e queremos negociar". O primeiro barraco derrubado demorou quase uma hora para ser totalmente desmontado pela equipe do Siv-solo e serviu como símbolo da remoção. "Na verdade, estas pessoas não estão sendo removidas, mas recolocadas numa área no polígono onde seria a Cidade Estrutural. O governo vai precisar de uma razão forte para dizer que o novo local não é definitivo para estas pessoas", comentou o deputado Luiz Estevão, ao acompanhar a retirada do barraco de Maria Cristiane.

Pelos termos acordados, os casos excepcionais e as dúvidas serão resolvidos por uma comissão composta por dois representantes do GDF, dois da Associação dos Moradores, um do gabinete do deputado José Edmar e o representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Eurípedes Camargo. Entre governo e moradores, ficou acertado que será respeitado o censo realizado pelo Siv-solo e haverá acompanhamento de um representante da Associação dos Moradores em cada barraco derrubado.

A remoção será em ordem decrescente, ou seja, a partir do barraco com maior numeração. Depois de removidas as cem primeiras famílias com mais de dez anos ou que possuam pedidos de lotes, serão atendidas as famílias com pelo menos cinco anos no DF. De acordo com os dados apresentados pelo deputado Antônio Cafu (PT), que mediu as negociações como parte do governo, são 363 famílias que de imediato poderão transferir-se para a nova área. "Pelo censo, outras 212 famílias têm entre cinco e dez anos dentro do DF. Estamos assumindo a perspectiva de levá-las para a mesma área. Lá, temos espaço para umas 650 famílias", afirmou Cafu.



Primeiro barraco foi desmontado ontem. Com o termo de compromisso assinado, moradores querem ser removidos logo para a nova área

Luiz Marcos



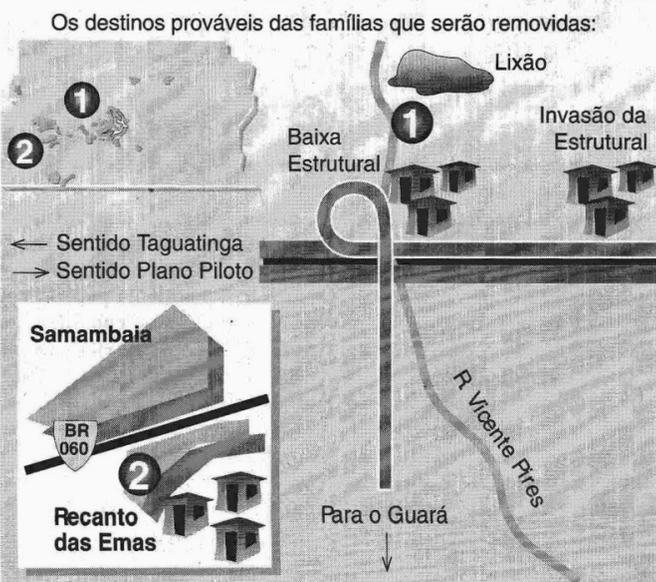
Galpões não constam do acordo

Apesar dos acertos entre GDF e invasores da Estrutural, a comissão de negociação do governo terá ainda de convencer um total de 426 famílias a se transferirem para o galpões existentes no Recanto das Emas. Estas famílias não se enquadram nos critérios prioritários de remoção. Em nenhum dos termos assinados, ficou definido que existiria a remoção para galpões. Os documentos criaram a expectativa entre a população de que todos vão se mudar para lotes. "Quero ir junto com os meus vizinhos de luta para onde eles forem. Não vou aceitar se eu não for para a parte nova", disse, ontem, a invasora Maria José Soares de Brito, 49 anos, cinco filhos, e há quatro anos no Distrito Federal. A própria líder dos moradores,

Marlene Mendes, afirma que mais de mil famílias têm direito à nova área. "Não sei dos especuladores, mas o resto vai todo", assegurou Marlene. De acordo com o censo realizado pelo GDF, entre o total de 1.328 barracos, no máximo 575 famílias têm condições de ser removidas para a Baixa Estrutural.

"O trabalho de reparação dos galpões já está sendo executado por uma empreiteira contratada pelo gabinete da vice-governadora", disse o deputado Antonio Cafu (PT). Pelos cálculos do assessor da vice-governadoria, Jorge Barbosa, que está mediando as negociações, os galpões estarão prontos daqui a quatro dias. "Não será difícil convencer a população, pois lá já tem água e luz", considerou Cafu.

PARA ONDE VÃO



Sematec faz laudo em um dia

O laudo da Secretaria de Meio Ambiente (Sematec) e do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) elaborado ontem por uma equipe técnica dos dois órgãos aprovou, com uma ressalva, a transferência de 575 famílias da Estrutural para a área do Lixão. O secretário de Meio Ambiente, Chico Floresta, não quer os moradores vasculhando o lixo e nem trabalhando como catadores de papel. "As famílias que estão ali já trabalham em condições subumanas. Não quero ver o dobro de pessoas trabalhando nas mesmas condições".

Para evitar que isso aconteça, o secretário solicitou à vice-governadoria manter no local uma equipe de fiscais da Administração Regional do Guarã para orientar a comunidade. "Temos de combater com

objetividade este problema, evitando também que aumente o trânsito de caminhões na área", disse.

O laudo recomenda que o abastecimento de água no local seja feito por meio de caminhões-pipa ou com a perfuração de poços artesianos profundos, já que toda a área está poluída devido ao Lixão. O local onde serão fixadas as famílias, segundo o GDF em caráter provisório, está próximo ao Córrego do Valo, cujo lençol freático está poluído pelos detritos do Lixão.

Floresta explicou que o laudo, apesar de ter sido feito em um dia, obedeceu a todos as etapas técnicas e que foi feito não por determinação do Palácio do Buriti, mas por sua própria sugestão. "Como aquela área é de interesse ambiental, sugerimos a elaboração do laudo".